

1

A dimensão inconsciente da conjugalidade

“Permanecer dentro das fronteiras do *self* e ao mesmo tempo transcendê-las na identificação com o objeto amado, é uma excitante e estimulante, mas também dolorosa condição do amor” (Kernberg, 1995, p. 43).

As relações amorosas são tema frequente nos consultórios de psicanalistas, assim como tema de pesquisa teórica de estudiosos da psicanálise de casal e família, que buscam entender a dimensão de sofrimento que as relações conjugais podem produzir, assim como os diferentes modos de vinculação conjugal. Freud (1910) já apontara a incidência do tema no tratamento de neuróticos em um de seus textos da série de “Contribuições à Psicologia do Amor”, dizendo que no tratamento psicanalítico há muitas oportunidades de coletar impressões sobre como se comportam os neuróticos com relação ao amor.

As relações conjugais modificaram-se muito nos últimos tempos, mais precisamente desde os anos de 1960, momento em que houve uma mudança de paradigma na família – a família hierarquizada e patriarcal passou a se constituir como uma família mais igualitária e, ao mesmo tempo, instável e dissolúvel (Singly, 2004). Inventou-se o “casal moderno”, a partir da ilusão do amor recíproco e da ideia de se aliar amor e sexualidade para alcançar a felicidade no casamento (Moguillansky e Nussbaum, 2011). Essas mudanças de organização do sistema familiar e conjugal provocaram, conseqüentemente, reflexos na dimensão psíquica dos sujeitos.

Nosso interesse, nesta pesquisa, volta-se para a dimensão psíquica da conjugalidade, uma vez que discutiremos em que medida a instauração da conjugalidade é um momento em que os membros do casal se deparam com um trauma constitutivo, edípico e até mesmo pré-edípico. Portanto, apesar de considerarmos importante a dimensão social da questão, esta não será abarcada na presente dissertação. A questão que move nossa pesquisa é como a transmissão psíquica inconsciente de elementos traumáticos influencia a constituição da identidade conjugal. Sendo assim, consideramos fundamental percorrer, primeiramente, o tema da conjugalidade para que possamos discuti-lo, num momento posterior, em relação com a dimensão traumática que comporta.

Entendemos que a conjugalidade possui uma dimensão importante no processo de subjetivação (Magalhães, 2009), ou seja, na capacidade de propiciar transformações psíquicas nos sujeitos envolvidos. Iniciaremos este capítulo discutindo o processo de subjetivação que a conjugalidade promove, a partir de uma articulação entre as dimensões intrapsíquica e intersubjetiva; aliás, essa articulação irá permear a dissertação como um todo. Em seguida, aprofundaremos nossa investigação dentro do arcabouço psicanalítico: primeiramente, com Freud, buscando compreender as origens inconscientes da escolha amorosa, a partir de um entrecruzamento entre os registros primário e edipiano; e, posteriormente, através de autores pós-freudianos, que buscaram não só refletir sobre os tipos de escolha objetal, mas também sobre o vínculo conjugal, a reedição de vivências infantis no encontro com o objeto amoroso e a questão identificatória envolvida na formação de um casal.

1.1.

A conjugalidade no processo de subjetivação

Considerar a conjugalidade numa perspectiva intersubjetiva, e não somente a partir do ponto de vista intrapsíquico, nos faz pensar nas trocas identificatórias entre o casal, que possibilitam a constituição de um psiquismo compartilhado. Envolve, portanto, a questão da identidade tanto do ponto de vista psíquico, assim como a questão do pertencimento do sujeito a uma rede social formadora dessa identidade.

Com a formação do casal, novas questões são suscitadas no psiquismo dos sujeitos envolvidos nesse projeto, o que implica em uma reconfiguração psíquica, subjetiva. Para o estabelecimento da conjugalidade, é necessário que haja uma mudança de papel do sujeito, tanto do ponto de vista social – muda-se o estado civil; comumente, há alteração de nome; e é também o momento em que, em muitos casos, o sujeito vai morar pela primeira vez sem os pais –, quanto do ponto de vista subjetivo – os efeitos da constituição de uma nova família, com um novo papel nesta: o de marido/esposa e, no futuro, a possibilidade de vir a ser pai/mãe.

Essa mudança de papel já se iniciara na adolescência, momento no qual o sujeito começa a se desligar dos pais infantis e da posição de ser cuidado, mas o impacto da conjugalidade se dá de forma mais institucionalizada e ritualizada,

produzindo efeitos na realidade exterior e objetiva – inclusive através do ritual do casamento, da despedida de solteiro, enfim, das celebrações sociais que apontam para o fim de um ciclo e o início de outro, em que a responsabilidade passa a ser do próprio sujeito, e não mais de seus pais. Deixar o nome da família de origem e assumir o nome do marido, no caso das mulheres, representa um marco importante de ruptura com os ascendentes e a possibilidade de iniciar uma “nova” história familiar, fazendo-se necessário um remanejamento identificatório. Toda essa mudança exige um luto pela posição anterior deixada para trás e uma elaboração psíquica das fantasias que envolvem a nova posição a ser ocupada, tanto na família, quanto na sociedade.

Na literatura psicanalítica das relações amorosas, a conjugalidade é definida como uma identidade compartilhada, que é produto da trama identificatória inconsciente dos membros do casal e criada a partir da história familiar de cada um, mas aponta para um ideal conjugal compartilhado (Féres-Carneiro e Ziviani, 2009). Partindo dessa definição, percebe-se o quanto a conjugalidade se entrelaça com o que é transmitido geracionalmente, pela origem dessa identidade compartilhada na história familiar de cada um dos cônjuges, mas ao mesmo tempo aponta para a formação de algo próprio ao casal, um ideal conjugal compartilhado. Nessa mesma linha, Magalhães e Féres-Carneiro (2003) definem a conjugalidade também como uma trama identificatória que reedita vivências edípicas e pré-edípicas, mas, ao mesmo tempo, propicia uma possibilidade de recriação do eu. Essa reestruturação da subjetividade dos parceiros pode ocorrer, na conjugalidade, pelo exercício da atividade interfantasmática entre os parceiros (Magalhães e Féres-Carneiro, 2005).

A definição psicanalítica de conjugalidade remete, portanto, a duas direções: da repetição, por um lado, e do inédito e da criatividade, por outro. Esses pólos serão problematizados e articulados ao longo de nosso trabalho de pesquisa. Consideramos que a escolha amorosa, aquilo que vai nos ligar ao outro, é da ordem da transmissão. Podemos entender essa escolha como uma formação de compromisso inconsciente (Eiguer, 1985), que atende ao desejo, mas ao mesmo tempo rompe com a família de origem; assim, é sempre uma escolha paradoxal.

Philippe Julien (2000), no livro “Abandonarás teu pai e tua mãe”, questiona como se dá a transmissão da lei que impõe abandonar pai e mãe para que homem e mulher fundem uma nova família. Nas famílias tradicionais, ditas

patriarcais, o casamento é um entendimento entre os pais dos noivos, já que o que está em jogo é o futuro do patrimônio.

O que o pai recebeu de seu próprio pai deve, por sua vez, ser transmitido a seu filho. A escolha da companheira deste é feita, portanto, pelo pai em função da obrigação de fidelidade eterna aos valores da linhagem a ser perpetuada. Quanto ao amor entre esposos, ele pode acontecer mais ou menos cedo, mais ou menos tarde, mas como algo a mais, pois o que importa é o consentimento recíproco dos esposos em virtude de sua filiação (Julien, 2000, p. 11).

Na modernidade, essa configuração é modificada, uma vez que a imagem social do pai entrou em declínio. O que importa é a escolha dos filhos para que, posteriormente, os pais concordem, se possível, sendo que não é algo fundamental. Julien (2000) afirma que a modernidade estabeleceu uma clivagem entre o privado e o público – o primeiro, privado, torna-se o lugar da conjugalidade, enquanto o segundo, público, o da parentalidade. Essa transmissão aludida por Julien parte de um referencial cultural e social do casamento, ao passo que, quando pensamos psicanaliticamente, encontramos-nos no terreno da trama edípica, da transmissão, portanto, psíquica inconsciente dos modelos parentais, que irão pautar as relações objetais do sujeito.

Pensar na questão da conjugalidade a partir de um referencial psicanalítico de família, que considera a intersubjetividade e o psiquismo em sua dimensão inconsciente, tecendo articulações com uma perspectiva psicossocial da questão, coloca-nos diante do conflito da família conjugal de hoje: entre o individualismo e o “comunismo familiar” (Singly, 2004); entre o legado transmitido psiquicamente pela família de origem e o desejo de constituir um espaço transicional conjugal, em que a criatividade e a singularidade possam emergir. Apesar de toda essa resistência e desejo de autonomia individual, “a vida conjugal transforma assim a identidade dos cônjuges, quer eles tenham consciência ou não, e produz o ‘eu conjugal’” (Singly, 2004, p. 134). No entanto, convém questionar em que medida esse “eu conjugal” pode ser entendido somente como aprisionador ou poderia, por outro lado, apontar para uma possibilidade de recriação do próprio eu (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003). Nosso percurso teórico pretende levantar questões que propiciem essa reflexão.

Consideramos que, socialmente, os sujeitos ainda desejam ter esse sentimento de pertencimento que a conjugalidade possibilita, ainda que muitas

vezes tal fato entre em embate com o desejo de desenvolver uma identidade pessoal autônoma. Do ponto de vista psíquico, o eu conjugal confere um sentido existencial importante, modificando a identidade dos parceiros e possibilitando uma recriação do eu, o que enriquece a intersubjetividade. Quando se forma um casal, forma-se também uma estrutura psíquica, uma estrutura vincular conjugal, que envolve e abrange os egos dos amantes, o que nos remete a uma superação dos limites egoicos (Puget e Berenstein, 1993). Sendo assim, consideramos importante investigar melhor como se dá a escolha amorosa para, posteriormente, constituir-se o eu conjugal.

As origens psíquicas dessa escolha foram investigadas por Freud em diversos textos de sua obra e é a partir de suas contribuições que iniciaremos essa discussão, buscando entender os fatores inconscientes que permeiam a escolha do objeto amoroso, o que sabemos possuir estreita ligação com os primeiros objetos de amor: os pais.

1.2.

A escolha amorosa em Freud: aspectos narcísicos e edipianos

A psicanálise freudiana teorizou sobre a “escolha amorosa” em alguns textos ao longo da obra de Freud, como, por exemplo, em “Sobre o narcisismo: uma introdução” (Freud, 1914), nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905), assim como na série de três textos sobre a psicologia do amor (Freud, 1910/1912/1918). Contudo, Freud não conceituou especificamente o termo “conjugalidade”, mas sim considerava a escolha amorosa na perspectiva do sujeito que escolhe alguém de acordo com seus primeiros objetos de amor parentais – como diz Freud, “o encontro do objeto é, na verdade, um reencontro” (Freud, 1905, p. 210).

O termo “conjugalidade” passou a ser adotado, mais recentemente, por autores da área de família e casal (Féres-Carneiro e Ziviani, 2009; Magalhães, 2009; Magalhães e Féres-Carneiro, 2003), ainda que outros sigam utilizando em seus trabalhos as expressões: “relação amorosa” (Kernberg, 1995), “escolha objetual” e “escolha do parceiro” (Eiguer, 1985), ou apenas “casal” e “vínculo de casal” (Puget e Berenstein, 1993; Eiguer, 2013; Levy, 2013). O termo “conjugalidade” pode abarcar diversos conceitos no campo da terapia familiar e,

especificamente na psicanálise de família e casal, envolve uma dimensão mais ampla do que aquela abarcada por Freud – que dizia respeito somente à escolha amorosa, não utilizando o termo “conjugalidade”. A ampliação do conceito pode ser explicada pelo fato de diversos estudos psicanalíticos atuais considerarem a formação de um eu conjugal, de um psiquismo compartilhado pelo casal. A formação desse eu conjugal ocorre a partir de trocas identificatórias – envolvendo a reedição de aspectos narcísicos e edipianos de cada parceiro –, assim como se processa uma transmissão inconsciente entre os membros do casal, o que contribui para a formação de uma identidade compartilhada pelos dois.

A formação desse psiquismo compartilhado pelo casal é, contudo, a fase final do processo. É necessária a investigação, nesse momento inicial de nossa pesquisa, dos primeiros passos da escolha amorosa para que, depois, possamos analisar a instauração da conjugalidade em si. A escolha amorosa de um objeto externo – considerando que o primeiro objeto de amor é a mãe – inicia-se na adolescência, momento em que há um confronto violento entre os investimentos narcísicos, trazidos pela infância, e a necessidade de o adolescente se empenhar nos investimentos objetivos, no encontro com o outro (Marty e Cardoso, 2008).

Na fase adulta, através do encontro amoroso, que não se caracteriza somente por uma experimentação, como na adolescência, mas agora sim enquanto uma escolha mais duradora, o sujeito se vê novamente confrontado com os investimentos narcísicos e objetivos – e com a necessidade de se desligar, mais ainda, dos objetos de amor da infância. Sabemos, contudo, que a psicanálise considera o infantil como um elemento insuperável na sexualidade humana e, portanto, não entendemos que haja uma superação total das vivências infantis na idade adulta.

No texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914), Freud afirma que, na fase do narcisismo – que compreende o período do desenvolvimento libidinal entre o auto-erotismo e o amor objetal –, é difícil distinguir as energias psíquicas existentes. Somente quando há investimento em um objeto é possível distinguir a libido, energia sexual, da energia da pulsão do ego. O narcisismo é uma operação que vem unificar o auto-erotismo, delineando uma constituição egoica. Contudo, o narcisismo, enquanto libido investida no ego, não descarta a presença do outro. O investimento do outro é que propiciará o desenvolvimento pulsional.

Freud (1914) denomina duas modalidades de escolha de objetos amorosos: do tipo anaclítico (ou por apoio) e do tipo narcisista. A escolha objetal do tipo anaclítico refere-se ao amor da criança por aquele que dela cuida, ou seja, por apoio em modelos infantis primitivos (Freud, 1905). Na escolha narcisista, o sujeito adota o seu próprio eu como modelo de objeto de amor, buscando encontrá-lo em outro – exemplifica esses casos com algumas modalidades de homossexualidade. Freud aproxima os dois tipos de escolha objetal, falando que ambos são possíveis para todos os indivíduos:

Dizemos que um ser humano tem originalmente dois objetos sexuais — ele próprio e a mulher que cuida dele — e ao fazê-lo estamos postulando a existência de um narcisismo primário em todos, o qual, em alguns casos, pode manifestar-se de forma dominante em sua escolha objetal (Freud, 1914, p. 95).

As escolhas de objeto por apoio e narcísica estão abertas, enquanto possibilidade, a todo indivíduo. No caso da escolha narcísica, a pessoa amará aquilo que já foi um dia, ou seja, alguém com características que faltem ao ego do amante para atingir seu ideal, o que representa um retorno ao narcisismo infantil. O desenvolvimento do ego seria, ao mesmo tempo, um afastamento do narcisismo primário e um eterno retorno a esse estado. Direcionar a libido para um objeto externo, ou seja, a experiência amorosa em si seria um caminho para que a libido não fique retida no eu, sendo um modo de não adoecer (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003).

Destacamos, a partir do texto freudiano sobre o narcisismo, que a escolha amorosa envolve aspectos narcísicos, mais ligados ao período pré-edípico, assim como se articula, especialmente, com a problemática edípica dos sujeitos. O Complexo de Édipo, sendo entendido como o “conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais” (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 77), é a cena onde a escolha de objeto será delineada. Na série de textos intitulada: “Contribuições à Psicologia do Amor”, Freud (1910) teoriza sobre a escolha amorosa, buscando a origem desta nas vivências infantis com os pais.

No primeiro texto da série, “Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à Psicologia do Amor I)” (Freud, 1910), o autor analisa as formas como amam os homens, constatando algumas pré-condições para esse amor. Essas condições seriam: a) a necessidade de o homem rivalizar a

posse da mulher com outro; b) o amor à “prostituta”, o que faz o homem experimentar o ciúme (evidencia-se que o par oposto à prostituta, “mãe”, pode ser o que aparece no consciente, mas no inconsciente “mãe” e “prostituta” aparecem como uma unidade); c) a necessidade de “salvar” a mulher amada: o homem deseja que a mulher precise dele, pois assim estaria a tornando mãe. Essas formas de amar – ou melhor, essa escolha de objeto tão estranhamente condicionada, segundo Freud (1910) – derivam de uma fixação infantil em sentimentos de ternura pela mãe e de rivalidade com o pai.

A partir de um detalhado percurso teórico, Freud (1910) demonstra que os objetos amorosos do homem adulto são substitutos do amor infantil pela mãe. Contudo, esse amor pela mãe é insubstituível e, portanto, seus possíveis substitutos, na fase adulta, carregam a marca de não proporcionar a satisfação desejada – o que configura um desejo insaciável. A escolha objetal do adulto resgata o romance familiar do sujeito e toda a triangulação edípica infantil. O menino percebe, num certo momento, que seus pais também têm atividade sexual, o que ativa impulsos sexuais em seu psiquismo, desejando a mãe e odiando o pai, e, com isso, o complexo de Édipo se instaura.

O que Freud (1909[1908]) chama de “romance familiar do neurótico” revela a imaginação da criança com relação à sexualidade – no caso da mãe, quando coloca esta em situações de infidelidade e em casos amorosos secretos; no que diz respeito aos irmãos, a criança pode construir uma fantasia de que um de seus irmãos é bastardo, justamente aquele que nela desperta interesse sexual. O pai é odiado e visto como rival; a mãe é tomada como a prostituta que concretizou a relação sexual com o pai, tornando-se infiel ao filho. Todas essas formulações são parte da fantasia e da atividade imaginativa da criança, processos estes que são reativados quando, na vida adulta, escolhe-se um objeto amoroso.

Convém ressaltar que essa descrição é relativa ao Édipo simples, sendo, portanto, somente uma esquematização. O Édipo mais completo é dúplice, positivo e negativo, por causa da bissexualidade original da criança (Freud, 1923). Ou seja, o menino também ama seu pai e odeia sua mãe, assim como a menina passa por fases de amor e ódio com relação às duas figuras parentais. Desse modo, tanto menino quanto menina identificam-se com aspectos masculinos e femininos tanto do pai quanto da mãe.

No artigo “Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor

(Contribuições à Psicologia do Amor II)”, Freud (1912) analisa a impotência psíquica de muitos pacientes que aparecem em seu consultório com plena capacidade física para a execução do ato sexual, mas que percebem um entrave psíquico, inibindo-os de realizar o ato. Segundo Freud (1912), o que está por trás dessa inibição na esfera sexual muitas vezes é uma fixação incestuosa na mãe ou na irmã, que nunca foi superada.

Nos casos patológicos, a impotência psíquica se dá por uma falha, de acordo com Freud (1912), na união necessária das correntes afetiva e sensual. A corrente afetiva é mais antiga, referindo-se aos anos da infância, e corresponde à escolha de objeto mais primária da criança – possui uma carga maior de pulsão de autoconservação, estando a pulsão sexual mais velada, apesar de não estar ausente, uma vez que há uma erotização da criança nos cuidados dos pais. Na puberdade, a corrente afetiva liga-se à corrente sensual – contudo, a barreira do incesto já foi erguida e o esforço está em encontrar um objeto na realidade para o qual a libido possa se direcionar. As pessoas que não conseguem unir essas duas correntes permanecem com relacionamentos em que, quando amam, não desejam e, quando desejam, não podem amar (Freud, 1912).

No caso das mulheres, muitas vezes elas permanecem associando atividade sexual com proibição e, por isso, tornam-se frígidas. Em contrapartida, os homens teriam uma necessidade de depreciar seu objeto sexual, pois com o objeto depreciado podem exercer seus componentes pulsionais perversos, não sofrendo, portanto, de impotência psíquica.

O fato de que a restrição feita ao amor pela civilização envolva uma tendência universal a depreciar os objetos sexuais pode conduzir-nos, talvez, a desviar nossa atenção do objeto para os instintos em si. O prejuízo causado pela frustração inicial do prazer sexual se evidencia no fato de que a liberdade mais tarde concedida a esse prazer, no casamento, não proporcione satisfação completa (Freud, 1912, p. 192).

Freud (1912) questiona-se por que não é possível a satisfação completa numa relação conjugal e chega a duas hipóteses: a primeira seria devido à impossibilidade de o objeto final da pulsão sexual ser o mesmo objeto original, pela barreira do incesto e pela característica bifásica da escolha de objeto; a segunda consistiria no fato de a pulsão sexual ser dividida em muitos componentes, dentre os quais alguns são suprimidos na fase final da pulsão

sexual, como os impulsos sádicos, por exemplo. A conclusão é a de que a renúncia e o sofrimento são necessários ao desenvolvimento cultural: se a pulsão sexual não puder obter satisfação completa, faz-se um desvio desta para outros fins, que seriam as nobres realizações culturais humanas, fruto do mecanismo de sublimação.

Nesse texto, Freud aborda o assunto que gera muitos conflitos neuróticos, se pensarmos do ponto de vista intrapsíquico, e muitos conflitos na conjugalidade também, uma vez que sinaliza a dificuldade presente no fato de o objeto amoroso resgatar o objeto antigo (edípico) interditado, o que pode gerar sentimentos ambivalentes e até uma dificuldade de satisfação sexual, como observado por ele (e por nós até hoje) na clínica. A dificuldade de vinculação com o objeto amoroso, pela permanência da fidelidade aos pais, ou, por outro lado, a vinculação intensa, porém com uma constante depreciação do objeto de amor, são temas sempre presentes na clínica psicanalítica, seja individual ou de casal.

Seguindo as investigações sobre as relações amorosas, no texto “O tabu da virgindade (Contribuições à Psicologia do Amor III)”, Freud (1918) retoma alguns temas explorados anos antes em “Totem e tabu” (1912/13). Aborda o costume que povos primitivos tinham de deflorar as virgens antes do casamento, tarefa que era exercida por um ancião ou sacerdote do povo, portanto, substituto do pai. Tal prática é associada por Freud (1918) aos problemas femininos no casamento – a frigidez e mesmo a infelicidade –, que, de acordo com ele, podem estar associados ao ódio por essa relação arcaica com o suposto pai. Freud reflete, ainda, sobre as mulheres que têm um primeiro casamento mal sucedido, sofrendo dos males já citados, e que, em um segundo casamento, conseguem se realizar plenamente – a conclusão de Freud (1918) é a de que a relação arcaica se esgotou no primeiro objeto.

Nas palavras de Freud:

Aprendemos, nas investigações analíticas, quão universais e quão poderosas são as distribuições iniciais da libido. Nelas nos preocupamos com os desejos sexuais infantis a que estão apegados (na mulher geralmente a fixação da libido localiza-se no pai ou em um irmão que o substitui) – desejos que, muito frequentemente, estavam dirigidos para outras coisas que a relação sexual ou que a incluía, apenas, como um objetivo vagamente percebido. O marido é, quase sempre, por assim dizer, apenas um substituto, nunca o homem certo; é outro homem – nos casos típicos o pai – que primeiro tem o direito ao amor da mulher, o marido quando muito ocupa o segundo lugar (Freud, 1918, p. 210).

Constatamos, portanto, que a escolha amorosa, ou melhor, a instauração da conjugalidade é um marco importante na vida psíquica do sujeito, dentre muitos fatores, como vimos, pelo fato de a escolha de objeto de amor extraparental reativar o objeto edipiano parental, propiciando a emergência de fantasias que estavam adormecidas e possibilitando um momento de elaboração do conflito edípico. Apesar de mobilizar tantos sentimentos conflituosos, a possibilidade de elaboração do conflito edípico que o encontro amoroso promove – e que já se iniciara na adolescência – pode ser estruturante para o casal conjugal. Afinal, como indica Magalhães (2009), a escolha amorosa é uma escolha inconsciente, em que se substitui o objeto amoroso do romance familiar por um amor possível, mas que permanece (veladamente) relacionado ao amor infantil recalcado.

Quando Freud (1915) descobre na clínica e conceitua o amor transferencial, realça que a busca inconsciente do objeto edípico é parte de todas as relações amorosas normais. Freud considera que, como todo amor, o amor transferencial tem o caráter de reproduzir protótipos infantis. Uma diferença marcante consiste no fato de que o amor transferencial é provocado pela situação analítica e intensificado pela resistência, ao passo que o amor normal abarca um certo grau de transferência, mas também muitos outros afetos.

Iremos analisar, a seguir, a analogia entre escolha amorosa e sintoma neurótico, ou seja, discutiremos como podemos entender a escolha conjugal como uma formação de compromisso, uma vez que já identificamos os fatores inconscientes da vida infantil, tanto primários quanto edípicos, que estão por trás da escolha de objeto sexual na vida adulta, sendo este um substituto do amor infantil recalcado.

1.3.

A escolha amorosa como uma formação de compromisso

Conforme Freud (1905) discute em seus primorosos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, o caminho mais curto para a escolha de objetos sexuais do filho seria eleger as pessoas que ama e que cuidaram dele desde a infância. Entretanto, com a barreira do incesto, o amortecimento das pulsões na latência e o consequente adiamento da maturação sexual para o período da puberdade, os

familiares tornam-se objetos interditados e só resta ao sujeito lidar com as fantasias infantis – do filho pela mãe e da filha pelo pai – que continuam atuantes, ainda que na maioria das vezes inconscientemente. Freud (1905) ressalta que essas fantasias que ressurgem no período da puberdade – dentre as quais: a fantasia de escutar a relação sexual dos pais, a fantasia de sedução pelas pessoas amadas, a fantasia de ameaça de castração, a fantasia do ventre materno e o chamado “romance familiar” – têm grande importância na origem de muitos sintomas, pois estes seriam a forma de os componentes libidinais recalcados encontrarem satisfação. O Complexo de Édipo seria, para Freud (1905), o complexo nuclear das neuroses – é nele que culmina a sexualidade infantil que, pelo seu efeito *a posteriori*, influencia decisivamente a sexualidade do adulto.

No entanto, há pessoas, segundo Freud, que nunca se desligam da devoção infantil aos pais e exemplifica tal postura com a situação de moças que:

[...] para a alegria dos pais, persistem em seu amor infantil muito além da puberdade, e é muito instrutivo constatar que é a essas moças que falta, em seu posterior casamento, a capacidade de dar ao marido o que é devido a ele. Tornam-se esposas frias e permanecem sexualmente anestesiadas. Com isso se aprende que o amor sexual e o que parece ser um amor não-sexual pelos pais alimentam-se das mesmas fontes, ou seja, o segundo corresponde apenas a uma fixação infantil da libido (Freud, 1905, p. 214).

Mesmo tentando-se romper com os modelos parentais enquanto modelos de escolha de objeto de amor, tal busca de ruptura nunca é completamente concluída – a conjugalidade pode ser entendida, contudo, como parte da possibilidade de resolução do conflito edípico. Segundo Laplanche (1987), os mecanismos do luto – ou seja, do processo necessário para elaborar a perda de um objeto – assemelham-se aos do Édipo: não se trata de um desligamento imediato do objeto, mas, ao contrário, de um maior apego que envolve processos de clivagem das partes boas e más do objeto, idealizações e identificações parciais e dessexualização do vínculo com o objeto – portanto, pai e mãe não são abandonados num instante para que novos objetos sejam investidos. Como a conjugalidade possibilita a reatualização do conflito edípico, devemos considerar esses processos de clivagem e identificação com partes boas e más do objeto novamente se processando. Kernberg (1995) também considera que estar apaixonado representa um luto relacionado ao crescimento, uma vez que se vive a

experiência de deixar para trás os objetos reais da infância.

Contudo, em nosso entender, não convém pensarmos em uma superação total de uma “fase” do desenvolvimento para que outra possa se processar – da infância para a adolescência e, assim, rumo à idade adulta –, mas sim considerar que, na sexualidade humana, o infantil se constitui como um elemento insuperável. Conforme apontam Herzog e Mariante (2008), sobre a permanência da dimensão infantil no psiquismo: “Freud marca [...] uma diferença categórica em relação ao modo como concebia a patologia e a normalidade: o processo de subjetivação é pensado de forma dinâmica, como um ir-e-vir marcado por fantasias infantis que nunca se extinguem” (p. 47). No estudo das relações amorosas, tal constatação é fundamental, uma vez que no casamento há uma reatualização das vivências pré-edípicas e edípicas, aliada à revivência das fantasias infantis e da situação de desamparo, sendo o parceiro um substituto do objeto de amor familiar interditado. Essas vivências são nada menos do que uma constatação de que o “infantil” é fator presente na sexualidade humana por toda a vida.

Moguillansky e Nussbaum (2011) também questionam a postulação da teoria psicanalítica de que a genitalidade seria alcançada como um estado sem conflito. Para esses autores, os vínculos na idade adulta, no estado de apaixonamento, possuem, assim como o vínculo no início da vida psíquica, a característica ilusória de um começo sem conflito, apesar de enfatizarem que o conflito é um evento inevitável na vida vincular.

Por todos os aspectos já analisados da escolha de objeto sexual, estamos de acordo com a proposição de Eiguer (1985) de que a escolha amorosa é um tipo de formação de compromisso inconsciente, próximo ao sintoma ou ao lapso, que possibilita um alívio econômico, assim como possui função defensiva. Podemos pensar nessa defesa como uma proteção frente ao incesto, que ocorreria caso a fantasia edípica com relação às figuras parentais se concretizasse. Eiguer defende a importância dessa escolha para a consolidação e organização inconsciente do casal, uma vez que os dois membros do casal entrecruzam objetos inconscientes, frutos do amor infantil. Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2003), o parceiro mobiliza o material recalcado e produz um discurso amoroso com potencial de elaboração e decifração. Decifração esta relacionada com o edípico, ou seja, com todos os impulsos amorosos e hostis que retornam direcionados na atualidade ao

objeto amoroso, e não mais aos pais.

Com relação à escolha do parceiro, Eiguer (1985) ressalta que há tanto o aspecto social do Édipo, da interdição do incesto, que permite a ampliação do intercâmbio social entre as famílias; quanto também o aspecto individual, psíquico, que consiste na angústia de castração e na identificação com o pai, que possibilitam a resolução do Complexo de Édipo (Eiguer, 1985). O aspecto da identificação com o pai remete à interdição do superego, que é, segundo Eiguer (1985), paradoxal, uma vez que prescreve que se faça a escolha objetal sexual como o pai e, ao mesmo tempo, que não se faça como ele.

Nesse sentido, convém considerar a escolha amorosa como uma formação de compromisso, uma vez que o desejo da criança nasce de um paradoxo, de uma liberdade condicional, pois esta procurará um objeto de amor como a sua mãe (no caso do homem), que é o objeto interdito. O menino perde sua mãe como parceira, mas, ao mesmo tempo, pela identificação com a figura paterna, consegue sair do Complexo de Édipo e buscar, mais tarde, um objeto de amor parecido com a mãe. Esse é um aspecto da interdição paradoxal do superego, mas, conforme apontamos, por meio da identificação com o pai, o menino conseguirá estabelecer, futuramente, um vínculo com o objeto de amor do pai. Essa teorização é desenvolvida a partir do ponto de vista masculino, assim como propõe a psicanálise freudiana.

Portanto, a relação amorosa seria, já sabemos desde Freud, um prazer reconquistado, de um mundo antigo, perdido e reencontrado. Contudo, a relação amorosa genital não seria um reencontro total com o passado, mas sim em parte: parte desse amor se relaciona com o amor edipiano e outra parte com o amor primário. São essas as duas fontes do estado amoroso: edipiana e narcísica-fusional (Chasseguet-Smirgel, 1992). Chasseguet-Smirgel (1992) ressalta que a barreira do incesto funciona, para a criança edipiana, como uma proteção contra a ferida narcísica, que seria reconhecer sua própria impotência. A questão que a autora coloca é em que medida essa renúncia ao objeto edipiano, que se confunde com o objeto primário, é definitiva.

O percurso traçado ao longo desta pesquisa vem mostrando que essa renúncia não é completamente definitiva. Chasseguet-Smirgel (1992) também sinaliza que a renúncia ao objeto edipiano, na dissolução do complexo de Édipo, é relativa, pois, se o luto do objeto fosse total, a ferida narcísica decorrente desse

processo poderia dissolver o Ideal do Ego ou, por outro lado, abrir uma fenda maior entre o ego e seu ideal. A autora lembra que Freud situa no estado amoroso a projeção do Ideal do ego sobre o objeto, que é investido, atraindo o amor que o ego poderia sentir por ele mesmo. Tal processo, que poderia ser entendido como uma limitação do narcisismo, não é tão limitado assim, uma vez que o brilho dirigido ao objeto reluz no próprio ego, ou seja, também alimenta este. Na relação com o objeto amoroso, o sujeito se acha próximo ao seu Ideal encarnado, de acordo com a autora, que faz uma paródia à clássica frase freudiana, dizendo que “é o brilho do objeto (do Ideal do Ego) que cai sobre o Ego” (Chasseguet-Smirgel, 1992, p. 52).

Com o objetivo de continuar as investigações da dimensão inconsciente da conjugalidade, visando compreender o processamento das trocas identificatórias que propiciarão a formação do eu conjugal e a assimilação de elementos traumáticos do outro, partiremos, a seguir, para a análise do vínculo conjugal em si. Isto é, depois de termos resgatado a teoria psicanalítica sobre a escolha amorosa, discutiremos que características possui o vínculo entre o casal que se formou e em que medida esse vínculo é inédito ou, por outro lado, não estaria repetindo modelos familiares edípicos e vivências primárias com o primeiro objeto de amor.

1.4.

O vínculo conjugal: continuidade ou estrutura inédita?

Avançando na investigação acerca da conjugalidade, utilizaremos as contribuições de alguns autores contemporâneos da psicanálise de casal e família, que estudaram as modalidades de vínculo conjugal. Os autores argentinos Janine Puget e Isidoro Berenstein (1993) discutiram questões relativas ao vínculo conjugal, a partir de uma visão psicanalítica, considerando que o vínculo se refere a uma relação entre dois egos, com característica de extraterritorialidade – ou seja, não é uma relação intrasubjetiva, como é a relação objetal –, sendo, portanto, uma relação intersubjetiva. Rodolfo Moguillansky e Silvia Nussbaum, autores também argentinos e estudiosos da psicanálise vincular, sublinham que a noção de vínculo é uma ferramenta teórica bastante recente no campo da psicanálise. Segundo estes autores (Moguillansky e Nussbaum, 2011), o “vincular” e o “familiar” foram

incluídos no campo psicanalítico apenas na segunda metade do século XX.

No que diz respeito ao vínculo intersubjetivo do casal, Eiguer (2013) descreve quatro níveis de funcionamento, do mais arcaico ao mais superficial. O primeiro (arcaico) corresponde a uma indiferenciação entre as identidades dos parceiros; o segundo refere-se à ressonância entre os parceiros – o cônjuge vê no outro alguém que irá realizar seus desejos inconscientes; o terceiro nível abarca as ligações inconscientes que suscitam produções fantasmáticas; e o quarto nível (mais superficial) corresponde às leis compartilhadas pelos integrantes do vínculo. A tese de Eiguer (2013) é a de que o reconhecimento ocupa um lugar central na vida do casal e é através dele que o vínculo entre os parceiros pode ser construído. Segundo o autor, “reconhecer implica o que cada um é, assim como o que cada um carrega em si: fantasias, ilusões, desejos” (Eiguer, 2013, p. 45). São esses elementos – fantasias, desejos e ilusões – juntamente com elementos mal elaborados no psiquismo ou traumáticos, que, em nosso entender, farão parte da constituição do eu conjugal.

A teorização baseada em níveis de funcionamento do vínculo do casal, proposta por Eiguer (2013), não é a mesma postulada anos antes pelos teóricos das configurações vinculares, Puget e Berenstein (1993). A estrutura vincular conjugal, de acordo com estes autores, pressupõe acordos e pactos inconscientes, os quais serão base para o enquadramento e os sentidos da conjugalidade que se forma. Os acordos seriam uma apropriação mútua e compartilhada de traços de cada ego, ao passo que os pactos dizem respeito às partes incompartilháveis do ego, o que exige concessões para realizar o desejo do outro (Puget e Berenstein, 1993). Os autores consideram, ainda, que do ponto de vista psicanalítico o vínculo do casal se baseia em dois conceitos essenciais para a vida humana: o desamparo originário e a diferença dos sexos.

Puget e Berenstein (1993) postularam quatro parâmetros definitórios da conjugalidade: a cotidianidade, o projeto vital compartilhado, as relações sexuais e a tendência monogâmica. A cotidianidade, pela sua característica de estabilidade, rotina e ritmo, remete às modalidades primárias de relação – segundo os autores, “provêm de marcas impressas no caráter do ego, de aquisição precoce e incorporadas à identidade” (Puget e Berenstein, 1993, p. 7). Essa estabilidade do vínculo pode, quando na predominância de Eros, sustentar o crescimento do casal e a complexificação da identidade; entretanto, por outro lado, se predominar

Tanatos, tal estabilidade pode se tornar mortífera, cerceante e vivida como tédio pelos membros do casal. A cotidianidade, abarcando o enquadramento e a estabilidade do vínculo, é um pré-requisito para a concretização do projeto vital compartilhado, que é o segundo parâmetro definatório da conjugalidade, apontado por esses autores – trata-se de compartilhar espaço e tempo vincular.

A relação sexual é prescrita no vínculo conjugal, sendo necessário que haja uma aceitação da diferença e da incompletude para que a necessidade de um outro se coloque, podendo ser este outro fruto de prazer. A tendência monogâmica, que é o último parâmetro definatório da conjugalidade sublinhado por Puget e Berenstein (1993), diz respeito à qualidade de Objeto Único que o parceiro adquire no vínculo de casal – segundo os autores, há uma passagem de Objeto Único para Objeto Unificado no percurso do casal, desde o enamoramento até um vínculo mais complexo, sendo que existem casais que não conseguem fazer essa passagem. Há também egos que não suportam o vínculo com um Objeto Único pela vivência de aprisionamento que pode estar associada a tal condição; com isso, muitas vezes recorrem a relações extraconjugais, que não cumpram os parâmetros definitórios da conjugalidade. Retornaremos ao tema do Objeto Único mais adiante.

As modalidades de vínculo que os membros do casal podem estabelecer entre si são, de acordo com Puget e Berenstein (1993): corporal, anterior à linguagem falada e com características de fusão e ausência de limites – que pode ter como consequência tanto a angústia de perda de limites, pela irrupção vivida no próprio corpo, quanto a angústia de solidão, no caso de falta de contato –; outra modalidade vincular seria de nível fantasmático, em que o outro seria conforme o ego deseja, sendo construído como bom ou mau; e a última modalidade de vínculo seria o da comunicação, em que as palavras intercambiadas podem ser bem ou mal entendidas.

O que Puget e Berenstein (1993) chamam de “objeto-casal” pode comportar um ou mais modos de vínculo. O objeto-casal é constituído por muitas variáveis e é interno a cada parceiro. Foi construído a partir da história de cada um como filho – inicialmente, num vínculo dual narcisista e, posteriormente, já fruto de uma triangulação com pai e mãe. Será reatualizado na relação conjugal adulta, só que agora se trata de uma relação nova, o que pode ser fonte de muita angústia, uma vez que muitos sujeitos desejariam replicar o modo de vida do “objeto-casal

parental” de suas infâncias.

O casal é, portanto, o passado e o atual. Robert (2005) indica que, no casal, cada um transfere e desloca sobre o outro imagens do passado. Contudo, o casal também é o atual, e não só o passado: o atual seria o encontro com a alteridade, com o estrangeiro. O autor pontua que a palavra “laço” ou “vínculo” (*lien*, em francês) é polissêmica e suscita interrogações sobre o narcisismo e a relação de objeto, portanto, sobre o período primário da constituição do psiquismo. Muitos casais recebidos em sua clínica apresentam o medo do compromisso, mantendo uma incerteza com relação ao vínculo, uma vez que a possibilidade da perda não pode ser assumida nem suportada.

Essa impossibilidade da perda do outro remete, em nosso entender, a perdas vividas com objetos do passado. Puget e Berenstein (1993) apontam que muitos casais atendidos por eles na clínica sofrem com o desprendimento dos vínculos parentais com as famílias de origem, assim como encontram dificuldade em criar uma estrutura inédita na relação conjugal. Segundo os autores, alguns casais se comportam, pela angústia de ser indiferenciado, como se permanecessem em um mesmo contínuo com a família de origem, reproduzindo seus modelos. Outros casais já fixam o começo de uma história neles mesmos, desconsiderando seu passado geracional. Muitos casais demonstram, ainda, intolerância quando se percebem parte de uma continuidade. Esses são os diversos mitos de origem de cada casal.

Convém apontar a observação feita por Moguillansky e Nussbaum (2011) sobre as ricas contribuições teóricas de Puget e Berenstein nos últimos anos. Os primeiros autores afirmam que, em trabalhos posteriores à obra “Psicanálise de casal” (Puget e Berenstein, 1993), Puget e Berenstein deixam um pouco de lado a visão da conjugalidade como repetição de modelos, pautada no determinismo psíquico freudiano, para adotar uma postura de entendimento do vínculo conjugal como uma possibilidade de abertura ao novo, enfatizando o que se produz na presença, no aqui e agora, a partir do encontro de duas alteridades.

Essa visão crítica traz uma importante contribuição ao tema da repetição na conjugalidade. Na opinião de Moguillansky e Nussbaum (2011), contudo, com a ressalva, também sustentada por nós, de que há um risco de se perder o que a tradição psicanalítica nos deixou como legado, que é o entendimento sobre o determinismo inconsciente e o mecanismo da repetição. Este é o modo, inclusive,

que concebemos nossa pesquisa sobre a conjugalidade em relação com a transmissão de elementos traumáticos, uma vez que buscamos trabalhar com a ideia de que a conjugalidade faz o sujeito se haver com um trauma constitutivo, edípico ou pré-edípico, e com o modo como este será elaborado no processo de constituição da identidade do casal.

No entanto, consideramos interessante revisitar autores que enriquecem a visão freudiana sobre as relações amorosas e a conjugalidade propriamente dita, distanciando-se em parte daquela concepção clássica da psicanálise freudiana – de idealização do objeto amoroso e de o prazer nas relações estar ligado somente à satisfação sexual, pulsional. Winnicott (1970) é um desses autores que buscou analisar a experiência amorosa como possuindo características de transicionalidade, em que é possível obter prazer, não a encarando somente como um movimento cerceante da subjetividade ou mesmo pura repetição de modelos do passado. A seguir, buscaremos discutir melhor essa proposta.

1.5.

A transicionalidade nas relações amorosas

O psiquismo compartilhado pelos membros do casal irá se estruturar na relação, na transicionalidade, no espaço ilusório entre o interno e o externo. Essa proposta de compreensão da conjugalidade ligada ao espaço transicional é explorada por muitos autores contemporâneos, dentre eles Eiguer (1985) que, quando desenvolve o tema da escolha de objeto, recorre a conceitos winnicotianos, explorando a ideia da existência de um mundo objetal compartilhado pelo casal, que não é nem real nem fantasístico, mas sim um espaço potencial. Neste espaço, ocorre um jogo transicional, possibilitando o intercâmbio do estado amoroso, da vida imaginativa, do humor.

A área dos fenômenos transicionais é considerada uma área de experimentação, que inclui realidade interna e externa. Os objetos transicionais são especialmente importantes para o bebê na hora de dormir, em momentos de solidão ou de privação, segundo Winnicott (1971). Para o autor, o objeto transicional representa, de forma ilusória, o seio ou o objeto da primeira relação. Os fenômenos transicionais ocorrem com objetos que não fazem parte do corpo

do bebê, mas também não são por ele reconhecidos como pertencentes à realidade externa.

Fazendo uma associação dos fenômenos transicionais com as relações amorosas, consideramos que o casal desfruta de um espaço potencial, que é ilusório e permite a experiência de compartilhamento de uma realidade, que é externa e interna ao mesmo tempo. A experiência do espaço potencial é uma experiência entre o eu e o não-eu – a pessoa amada é, paradoxalmente, reconhecida como diferente e parte do mundo subjetivo (Lejarraga, 2012).

Lejarraga (2012), a partir da importante contribuição de Winnicott de que as relações amorosas se veiculam com o brincar, sendo um espaço potencial, afirma que: “na perspectiva winnicotiana, o par amoroso não procura a união abolindo as diferenças, mas vivencia os paradoxos da transicionalidade, desejando se unir e fusionar e, ao mesmo tempo, explorar e descobrir o outro diferente” (Lejarraga, 2012, p. 15). Portanto, não se trata de considerar a formação do eu conjugal como uma fusão de dois egos com a abolição das diferenças e a formação de um psiquismo compartilhado homogêneo, mas sim visamos discutir e problematizar, nesta pesquisa, as complexas origens do psiquismo do casal, assim como as formas que os parceiros encontram para lidar com o paradoxo da repetição e da criação, que estarão sempre permeando o encontro a dois.

Consideramos que, no espaço transicional da conjugalidade, há o processamento de uma transmissão psíquica inconsciente, uma vez que será esse espaço potencial que possibilitará a constituição de uma identidade própria ao casal, assimilando aspectos de cada membro ligados ao passado (edípico ou pré-edípico) dos mesmos. Eiguer (1985) marca esse processo na passagem: “considerando o valor altamente resolutivo, restitutivo e simbólico do encontro amoroso, a relação herda todos estes aspectos e tende a se estabilizar, a se perpetuar. Estes múltiplos sentidos ligam fortemente os dois componentes do casal” (Eiguer, 1985, p. 32).

Contudo, a experiência amorosa é, conforme apontou Lejarraga, uma experiência paradoxal, pois inclui o desejo de fusionar-se e, ao mesmo tempo, de descobrir o diferente. “A intimidade do casal ocorre no espaço potencial, no espaço do brincar, em que cada integrante do par pode experimentar seu gesto criativo na relação com o parceiro, sendo este último também reconhecido como outro diferente, e como parte do mundo subjetivo” (Lejarraga, 2012, p. 127).

A criatividade está relacionada com o sentimento da existência, uma vez que, sem esta, o sujeito viveria somente respondendo a estímulos (Winnicott, 1970). No texto “Vivendo de modo criativo”, Winnicott (1970) sinaliza que a criatividade refere-se à experiência infantil, que consiste na capacidade de criar o mundo, o que permite a manutenção da vida. Com relação ao viver criativo no casamento, o autor aponta que parece haver um sentimento de declínio de iniciativa em muitos membros de um casal, ou seja, nem todos podem se sentir criativos no casamento e, portanto, nem todos permanecem casados.

Contudo, Winnicott (1970) ressalta que “o tédio resulta do tamponamento da vida criativa, que provém do indivíduo, e não da parceria, ainda que um parceiro possa inspirar criatividade” (p. 30). Convém refletirmos sobre a origem desse tamponamento da vida criativa, ou seja, por que e em que momentos o tédio parece dominar a vida a dois, bloqueando a possibilidade de o novo emergir? Winnicott traça uma possibilidade de resposta a esse questionamento: o autor diz que muitos daqueles que não conseguem ser criativos e, portanto, são vítimas da compulsão, estão repetindo elementos de suas histórias. Acrescentamos que, quando os sentimentos de tédio ou angústia dominam, esses casais parecem estar repetindo elementos traumáticos da sua história – vivências difíceis com os objetos primários ou edípicos de suas infâncias, que, na vida a dois, são rememorados.

Sobre essa mesma questão, Lejarraga (2012) também ressalta, a partir de sua leitura de Winnicott, que a parceria amorosa do casamento pode empobrecer os membros, caso eles tenham receio de afastarem-se um do outro, o que poderia gerar o tamponamento da vida criativa. Para a autora, “a experiência amorosa é saudável quando é ilusória e lúdica, porque o indivíduo que ama cria ilusoriamente o parceiro amoroso que é encontrado na realidade” (Lejarraga, 2012, p. 96). As relações amorosas podem se tornar patológicas quando um dos parceiros não conseguiu internalizar a confiança no mundo, a partir das relações afetivas iniciais e, por isso, não consegue desenvolver o brincar criativo em suas relações emocionais, segundo Lejarraga (2012).

Há, portanto, aqueles que se sentem tolhidos em seu casamento e há outros que sentem poder exercer a criatividade, não se tornando vítimas da compulsão. Mas há um terceiro grupo, que é a maioria, segundo Winnicott (1970), que está num estágio fronteiro entre essas duas situações descritas anteriormente. Essa

fronteira diz respeito à possibilidade de conviver com a criatividade, ou seja, com a nossa capacidade (infantil) de tentar constantemente recriar o (nosso) mundo, mas ao mesmo tempo lidar com o princípio de realidade, alertando-nos de que algumas coisas não são possíveis. A noção de realidade é adquirida nas etapas mais precoces do desenvolvimento emocional, ou seja, tem a ver com os estágios iniciais da relação objetal (Winnicott, 1970).

As contribuições winnicotianas trazem um importante acréscimo ao estudo das relações amorosas, por possibilitarem a reflexão sobre os dois pólos sempre presentes na vida conjugal, que são: a repetição de modelos do passado, por um lado, e a possibilidade de exercício da criatividade e a emergência do inédito, por outro. Sem buscar estabelecer visões estanques, consideramos que seja necessário aliar a visão winnicotiana da experiência amorosa do casal, relacionada ao brincar, com os aspectos da repetição de um passado pulsional, que se apresenta no encontro a dois, para avançar a nossa investigação. Nosso trabalho de pesquisa constitui-se – não devemos deixar de ressaltar – a partir de bases psicanalíticas, que pressupõem o mecanismo da repetição, a transmissão psíquica inconsciente e a vida infantil como fator determinante na constituição do psiquismo.

A contribuição winnicotiana enriquece o entendimento das relações amorosas, sobretudo pela característica importante de ter dado foco à exploração das relações iniciais entre mãe e bebê. Lejarraga (2012) pontua que houve uma ênfase, pela psicanálise atual, no estudo da dupla mãe-bebê e nos processos de comunicação que se dão nesse período tão importante do desenvolvimento, que propiciarão a capacidade de amar e uma vida psíquica saudável. A capacidade de estabelecer um contato íntimo com o parceiro depende, segundo a autora, da confiança introjetada nas primeiras experiências mãe-bebê, que inauguram um espaço transicional entre eles.

A busca de um entendimento das relações amorosas a partir da análise das relações iniciais entre mãe e bebê, tendo como premissa a ideia de que há não só uma revivência desse período arcaico na experiência conjugal, mas também que as bases de identificação e confiança primárias se constituem nas primeiras experiências, foi objetivo de muitos autores no campo psicanalítico. Sendo assim, faz-se necessário revisitar as contribuições de alguns dos autores que discutiram a reencenação de vivências passadas, infantis, na cena conjugal. Veremos como o estudo desse período primitivo pode nos ajudar em nossa pesquisa sobre a

conjugalidade.

1.6.

Os primórdios na conjugalidade

Já estudamos, a partir de Freud, os aspectos edipianos presentes na escolha amorosa. O registro primário também se encontra presente na teorização freudiana, ainda que de uma maneira não tão evidente quanto o registro edípico. Sendo assim, consideramos relevante voltar o foco para esse período primordial do desenvolvimento emocional, que irá influenciar, em articulação com o período edípico, a escolha de objeto de amor e, conseqüentemente, a instauração da conjugalidade.

Kernberg (1995), ao discutir as origens da excitação sexual, aponta que esta evidentemente tem suas raízes biológicas, por servir ao instinto da reprodução no reino animal, contudo, afirma que a psicanálise, assim como a observação de bebês psicanaliticamente inspirada, mostrou que a excitação sexual se origina das primeiras experiências prazerosas entre bebê e cuidadores, culminando na centralidade madura das sensações genitais da adolescência. Nos primeiros anos de vida, a excitação sexual é difusa e relacionada à estimulação das zonas erógenas. O desejo erótico, por outro lado, já é mais elaborado e vinculado ao objeto edípico. Em casos patológicos, como em patologias narcísicas graves, o desmantelamento do mundo interno das relações objetais pode levar à incapacidade de desejo erótico, a uma excitação sexual difusa e insatisfeita, ou mesmo à ausência de capacidade de experienciar qualquer excitação sexual (Kernberg, 1995).

Enquanto as vicissitudes da excitação sexual no contexto da relação mãe-bebê (pré-edípica) representam a origem do desejo erótico, tal desejo chega ao ponto máximo no estágio edípico do desenvolvimento, segundo Kernberg (1995). Parece que os registros dos acontecimentos da pré-história do sujeito ficam marcados no psiquismo como, na poética expressão de Puget e Berenstein (1993), “pinturas rupestres” (p. 147). Já as características do amor sexual maduro, que remontam ao estágio edípico, referem-se à excitação sexual, à ternura e à tolerância da ambivalência normal de todas as relações humanas, a uma identificação com o outro, a uma forma madura de idealização, e ao caráter

apaixonado da relação amorosa, nos seus três aspectos: o relacionamento sexual, o objetal e o investimento do superego no casal (Kernberg, 1995).

Puget e Berenstein (1993) acrescentam uma visão interessante sobre a analogia entre a relação de casal e a relação dual mãe-bebê. Os autores estudaram a representação corporal no vínculo de casal, indicando que, inicialmente, há um vínculo com característica de Objeto Único – que remete ao fundante e originário –, sendo pautado em dois pólos: o do desamparo e o outro pólo amparador. Em seguida, o modelo de vínculo corporal do casal iria adquirir característica de complementaridade entre sustentar e ser sustentado – nesse nível, Puget e Berenstein (1993) relembram o modelo do bebê amparado pelos braços da mãe, o que possibilita uma base para a identificação; enquanto que, na relação do casal, o correspondente seriam os abraços e carinho entre os parceiros, assim como a voz, que têm como função a sustentação do ego.

A descrição do vínculo com o Objeto Único consiste em:

O vínculo estável com um outro, dotado de caráter de exclusividade e necessidade, a quem ninguém poderia substituir, buscado pelo ego, sem o qual se vê ameaçado pela vivência de aniquilação, dá lugar a esse vínculo peculiar, que chamamos de ‘objeto único’. É a primeira organização objetal ainda investida de narcisismo originário. Dela deriva a busca da sensação oceânica e de fusão com esse objeto investido, portanto, de qualidades onipotentes, onipresentes e oniscientes (Puget e Berenstein, 1993, p. 138).

No início da vida, quem assume a posição de Objeto Único é a mãe, com capacidade de prever o desejo do filho, pela possibilidade de sintonia e conexão inconsciente com o bebê que a mãe desenvolve através da “preocupação materna primária” (Winnicott, 1956), tornando-se um ego auxiliar do infante. Lejarraga (2012) ressalta, ainda, que o estado de preocupação materna primária tem como elemento essencial o sentimento amoroso. Sabemos que a “preocupação materna primária” ou “devoção materna” é um estado comum das mães e quase patológico, mas necessário para que a mãe se identifique com seu bebê e seja capaz de sentir-se em seu lugar (Winnicott, 1956). Através da comunicação silenciosa entre mãe e bebê, há a possibilidade de ocorrer uma identificação materna com seu bebê, assim como este pode ir aos poucos adquirindo uma sensação de confiança e segurança, uma vez que percebe que, mesmo que haja

falhas nos cuidados, a mãe vai reparar seus erros; com isso, o bebê adquire uma sensação de continuidade de ser (Lejarraga, 2012).

O objeto amoroso na relação de casal adquire a função de Objeto Único, ou seja, o outro é sentido como o único doador de segurança e amor incondicional e com o qual se estabelece um vínculo de completude (Puget e Berenstein, 1993). Para o bebê, a mãe também é essencial e imprescindível. De acordo com Puget e Berenstein (1993), o “Objeto Único” seria, então, a contrapartida do desamparo originário. Nas palavras dos autores:

Aquele Objeto Único, capaz de significar, no começo da vida, tinha o compromisso humanizante de favorecer o desenvolvimento do bebê, considerada sua condição de desamparo, enquanto que o objeto amoroso é um derivado afastado do Objeto Único, escolhido para estabelecer com ele uma relação de reciprocidade e simetria (Puget e Berenstein, 1993, p. 141).

Assim como a mãe funciona como ego auxiliar do bebê, antecipando suas necessidades – como, por exemplo, de um mal estar que não se sabe nomear –; nas relações conjugais, muitas vezes, também se estabelece esse tipo de vínculo, em que um espera que o outro antecipe seus desejos, obtendo, segundo Puget e Berenstein (1993), um prazer superior à resposta ao desejo formulado.

Outra autora que também aborda a reedição do amor primário no estado amoroso genital é Chasseguet-Smirgel (1992), que destaca a revivência dos traumatismos de separação na relação amorosa. Os casais vivem, segundo ela, um estado de completude e comunhão, em que a solidão parece ser negada e o outro é visto como aquele que sempre irá ser compreensivo, assim como uma mãe rapidamente compreende seu filho. A autora ainda ressalta uma qualidade importante da indistinção primária: a união do Ego e do Ideal, que acrescentamos ser reeditada na conjugalidade. O exemplo disso seria o amor cortês, no qual há uma separação entre a idealização do amor e a (im)possibilidade de sua realização, proibição nitidamente de natureza edípica. Segundo Chasseguet-Smirgel (1992): “Pode-se compreender que esta clivagem entre o narcisismo e as pulsões, em certas formas de amor, longe de representar um acesso ao estágio genital, não exprime senão a nostalgia lancinante da fusão primária que se confunde com a do Ego e do Ideal” (p. 55).

O tema da fusão primária remete-nos à vivência que muitos casais costumam ter de tornarem-se “um só” na conjugalidade. O tornar-se “Um” na

relação conjugal foi uma questão abordada por Mogueillansky e Nussbaum (2011), que consideram tal fenômeno como sendo uma busca ilusória de consistência narcísica, que permite ao casal se sentir como um fim em si mesmo. Segundo os autores, essa ilusão estrutura o vínculo, pois permite o estabelecimento de lugares inconscientes que são fonte de sentido, produzindo uma nova subjetividade – seria um novo momento de constituição narcisista, em que os membros do casal não são mais os mesmos, estando estes sob a premissa ilusória de ter a mesma ilusão.

No entanto, a ilusão do novo casal de formar uma nova estirpe irá fracassar, uma vez que a psicanálise nos mostra que há uma dimensão de repetição de geração para geração, sendo, portanto, impossível se desvencilhar totalmente dos modelos familiares que o precederam e constituir algo absolutamente novo. De acordo com essa posição teórica, nossa pesquisa percorrerá os caminhos da transmissão psíquica geracional, buscando desvelar onde se encontram as raízes da conjugalidade, principalmente no que diz respeito ao ponto de vista identificatório.

Constatamos, portanto, que na fase de enamoramento do casal há uma revivência da relação mãe-bebê, conferindo ao outro características de vínculo com um Objeto Único, algo que para muitos casais inclusive nunca será superado. Há aqueles que conseguem fazer a passagem de Objeto Único para Objeto Unificado (Puget e Berenstein, 1993), em casos em que as mentes dos membros do casal podem ser discriminadas, não sendo totalmente fusionadas, como em casais mais regredidos.

Essas questões serão aprofundadas ao longo desta pesquisa, principalmente no capítulo 3, quando estudaremos a fusão simbiótica no casal. Para seguir tal percurso, no entanto, convém já iniciarmos a investigação dos processos identificatórios na conjugalidade, tão importantes para a constituição do eu conjugal e também relevantes para a compreensão dos aspectos da transmissão psíquica envolvidos na instauração da conjugalidade.

1.7.

Os processos identificatórios na conjugalidade

A conjugalidade, como vimos, constitui-se como uma realidade compartilhada, área transicional que inclui realidade interna e externa, portanto, a

dimensão identificatória está em seu cerne. Magalhães e Féres-Carneiro (2003), no artigo “A conjugalidade na série identificatória: experiência amorosa e recriação do eu”, buscam analisar as relações entre conjugalidade, identificação e o papel dos ideais no processo de subjetivação dos parceiros. Sua tese é que a conjugalidade pode ser considerada uma dimensão privilegiada no processo de recriação do eu, considerando que a constituição da subjetividade tem como base a questão identificatória contínua. Como afirmam as autoras, “o estudo da conjugalidade em sua intrincada faceta identificatória representa, do nosso ponto de vista, uma oportunidade para compreender esse movimento ao mesmo tempo criativo, fluido, aprisionante, ambivalente” (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003, p. 43). O que buscam ressaltar é a dupla dimensão da conjugalidade: ao mesmo tempo em que se relaciona com os aspectos primários e edipianos, também se apresenta como uma possibilidade de recriação do eu; por isso, é aprisionante e criativa ao mesmo tempo.

As trocas conjugais que permitem a constituição de um espaço psíquico compartilhado pelos membros do casal envolvem os processos identificatórios, seja através dos mecanismos da introjeção, da incorporação ou da identificação projetiva. Quanto ao vínculo conjugal, há relações patológicas em que não há uma troca identificatória saudável entre o casal, mas sim uma incorporação do outro, o que causa um empobrecimento do eu. Há, nesses casos, uma substituição do eu pelo próprio objeto, funcionando este como um tampão; faz-se uma hipercatexia do objeto, que é colocado no lugar do ego ou do ideal de ego (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003). A passagem seguinte resume duas das principais formas de identificação presentes na conjugalidade:

A conjugalidade se estrutura de acordo com essas duas formas de identificação com o parceiro, incorporando-o ou introjetando-o. Quando a conjugalidade se constitui por incorporação, o componente alteritário é desconsiderado. Por outro lado, quando a conjugalidade se forma por meio da introjeção, o parceiro pode ser assimilado e transformado, num processo criativo, preservando e enaltecendo a alteridade. A saúde do vínculo conjugal depende dessa possibilidade (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003, p. 43).

Ao longo desta pesquisa, iremos discorrer mais profundamente a respeito das trocas identificatórias na conjugalidade, pois ainda há a identificação projetiva, bastante presente na relação conjugal. Nesse momento, é importante

registrar o percurso iniciado por Freud (1921) em seu trabalho sobre a psicologia de grupos, no qual postulou diferentes tipos de identificação: a identificação primária (pré-edípica) – que nos coloca a dimensão da incorporação; a identificação como substituto regressivo da escolha de objeto abandonada; e o deslocamento, que ocorre, por exemplo, na identificação histérica, através do fenômeno da empatia. Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2003), essas três formas de identificação podem estar presentes no jogo da conjugalidade, resultando em um processo enriquecedor ou empobrecedor. De acordo com as autoras, “a identificação surge a partir do investimento objetal, mantendo inconsciente a relação abandonada. O eu se transforma segundo o modelo de objeto abandonado e se oferece ao isso como substitutivo” (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003, p. 45). O sujeito se encontra, portanto, num percurso de identificações em que há uma dupla exigência: de interdição e do ideal a ser atingido – percurso este que será revivido no encontro amoroso, este também um passo importante no processo de constituição da identidade.

Consideramos necessário refletir sobre a articulação entre os registros primário e edipiano como fundamental para o processo identificatório, sendo assim, fundamental para a constituição da conjugalidade e do eu conjugal. Como disseram Magalhães e Féres-Carneiro (2003), a identificação mantém inconsciente a relação abandonada, portanto, entendemos que aquilo que foi abandonado teria sido tanto o objeto fruto da identificação secundária, edípica, quanto da primária, narcísica, ambas retomadas no momento em que uma nova identificação se processa: a conjugal. O tema das identificações primária e secundária já estava presente, ainda que sem nomeá-lo, no texto freudiano sobre o narcisismo, no qual Freud (1914) descreve as formas de escolha de objeto amoroso.

Abordamos, neste capítulo, a questão da dificuldade de uma renúncia total aos objetos de amor da infância, enfatizando, contudo, que a experiência amorosa propiciada pela conjugalidade seria uma possibilidade de lidar com essa questão. Sabemos que o desinvestimento das ligações com os objetos da infância faz-se necessário – já no momento da adolescência e, posteriormente, na idade adulta – para que identificações secundárias possam se processar. No entanto, as identificações primárias permanecem como garantia para que uma perda do objeto não venha ocasionar uma perda do ego (Cardoso, 2001). Tais identificações serão reeditadas na conjugalidade, uma vez que os membros do casal se deparam com a

possibilidade de recriação do eu e, portanto, com um rearranjo identificatório, que irá culminar na constituição do eu conjugal.

Convém destacar a importância das identificações primárias e secundárias, narcísicas e edipianas, para a constituição do eu conjugal, pois consideramos que, havendo relações traumáticas baseadas na incorporação no âmbito primário, a identificação primária será prejudicada, o que, por sua vez, não dará suporte para o processo de identificação secundária, dificultando a constituição do eu conjugal. Esse percurso de identificações remete-nos ao tema da transmissão psíquica, que será abordado no próximo capítulo.

A questão da identificação, assim como da idealização no amor adulto, foi trabalhada também por Kernberg (1995), que acrescenta que a idealização estabelece uma continuidade entre o amor romântico adolescente e o amor maduro, em que o que é projetado no parceiro são os ideais, provenientes de desenvolvimentos do superego, incluindo o ideal do ego. Kernberg (1995) remete-nos à interessante contribuição de Chasseguet-Smirgel (1992) sobre o amor maduro: a autora defende que, neste, há uma projeção limitada de um ideal de ego menos grandioso no objeto amado idealizado, em comparação com o amor adolescente, mas ao mesmo tempo há um maior retorno narcísico ao *self*, pela gratificação sexual propiciada pelo objeto amado. A idealização do parceiro deve, contudo, ser capaz de tolerar a ambivalência, sob pena de, caso não tolere a agressividade que inevitavelmente vai aparecer, a idealização ser destruída, na medida em que amor e ódio, libido e agressão, estão presentes na interação do casal – evidentemente com a predominância, em casais normais, do amor sobre o ódio (Kernberg, 1995).

Chasseguet-Smirgel (1992) afirma que o encontro amoroso promove um retorno ao narcisismo, um mergulho neste. O Ideal do Ego suporta uma maior relatividade, segundo ela, pois perde sua megalomania e acostuma-se com a cotidianidade própria ao amor, ou melhor, à relação durável. A imagem do Ideal do Ego, desenvolvida através do amor da organização edipiana, compreende, de acordo com a autora, alguns elementos, quais sejam: meios diferentes de reencontrar a completude primária perdida; reinvestimento do ego permitido pela atividade sublimatória e pelas satisfações sexuais completas; amar o parceiro em sua finitude e vulnerabilidade; e, por fim, a ligação com o objeto fará manifestar os resíduos da perseguição no amor da fusão primitiva e da satisfação incestuosa.

Convém ressaltar que a fusão primitiva ou simbiótica, que é resgatada na experiência da paixão, acaba por fazer parte do vínculo do casal, desde que mantenha a diferenciação entre as fronteiras do *self* e não-*self*. Tal tema será aprofundado quando, no capítulo 3, estudarmos a fusão simbiótica no casal. No entanto, convém iniciar a discussão sobre a ligação com o objeto conter resíduos do amor primitivo, fusional. Esse tema remete-nos ao conceito de “colusão”, criado por Willi e resgatado por Eiguer (1985), que diz respeito ao fato de os integrantes do vínculo conjugal não conseguirem contemplar o outro como alguém independente, mas sim como aquele que completa, isto é, como se o parceiro funcionasse como compensação em relação aos sentimentos de insegurança do outro. Nesse sentido, o parceiro é utilizado como parte de si mesmo, estando a serviço do outro (Moguillansky e Nussbaum, 2011). Na colusão, evidencia-se uma atração mútua a partir de aspectos psíquicos complementares e, ao mesmo tempo, permeada por constante sensação de frustração, uma vez que se torna impossível cumprir a expectativa de que o outro o complete totalmente.

Estar unido ao outro na conjugalidade, mas ao mesmo tempo ameaçado pela possibilidade de fusão, é uma experiência complexa, que exige um trabalho de elaboração psíquica. Este é, no nosso ponto de vista, parte do processo de metabolização de elementos traumáticos, próprios à conjugalidade, uma vez que a possibilidade de fusão com o objeto reativa angústias primárias. A colocação de Kernberg (1995) de que “permanecer dentro das fronteiras do *self* e ao mesmo tempo transcendê-las na identificação com o objeto amado, é uma excitante e estimulante, mas também dolorosa condição do amor” (Kernberg, 1995, p. 43) nos faz refletir sobre como é complexa a experiência amorosa, por mobilizar tantas reconfigurações identificatórias e um resgate tão intenso da vida pulsional infantil.

Abordar o tema da identificação na relação conjugal nos conduz ao conceito de transmissão psíquica inconsciente, uma vez que os processos identificatórios são um meio de a transmissão se processar, seja entre pais e filhos, seja entre os membros do casal. O próximo capítulo será dedicado a essa questão, contudo, convém já apontarmos algumas dimensões do tema, suscitadas por nosso estudo acerca da conjugalidade.

1.8. Conjugalidade e transmissão

Os mitos familiares trazidos por cada um dos sujeitos se fazem presentes na formação do casal conjugal. Trata-se de construções míticas, como regras e mandatos transgeracionais que marcam papéis, missões e legados para cada membro da família. Esses mitos seriam outro elemento para nossa reflexão sobre os pólos: repetição e criação, presentes na conjugalidade. Eguier (1985) afirma que:

A mitologia familiar, com suas imaginárias e seus relatos alegóricos relativos à história familiar, história representada, mais fantasmada do que real, remete à pertença, sob a forma de reconhecimento de semelhanças físicas e morais, de uma religião comum, de ideais morais partilhados, de representações e de gostos culturais semelhantes (Eguier, 1985, p. 39).

Freud (1914) já falara sobre isso quando, discutindo a ideia de narcisismo originário, chega à conclusão de que o narcisismo infantil nada mais é do que uma reedição do narcisismo dos pais – o filho, “Sua Majestade, o bebê”, é aquele que terá tudo o que os pais não tiveram. Essa expressão diz respeito ao fato de que os pais esperam que a criança concretize os sonhos que eles não conseguiram realizar. “O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior” (Freud, 1914, p. 98). Consideramos, concordando com as contribuições de Moguillansky e Nussbaum (2011), que através da construção teórica sobre o narcisismo Freud mostra que não estava alheio ao papel da família na constituição psíquica. Magalhães e Féres-Carneiro (2011) também ressaltam que o narcisismo dos pais é um eixo estruturante da transmissão psíquica geracional.

Na conjugalidade, os ideais se fazem presentes não somente através dos mandatos inter e transgeracionais que são reatualizados, mas também da busca, na escolha do parceiro, de aspectos ligados ao ideal do ego. Kernberg (1995) aponta a importância dos ideais na experiência amorosa, quando diz que “no amor sexual maduro a replicação do ideal do ego na forma do objeto amado idealizado cria um sentimento de harmonia com o mundo e a realização do sistema de valores e dos ideais estéticos da pessoa: a moralidade e a beleza são realizadas na relação

amorosa” (Kernberg, 1995, p. 27).

Uma família inicia-se a partir da união do casal, portanto, há um entrecruzamento de mitos familiares, de ideais, de dois Édipos, enfim, duas histórias se unem para criar um novo casal e, posteriormente, uma nova família. No entanto, o eu conjugal formado pelo casal, entendido como um psiquismo compartilhado pelos parceiros conjugais, não é a mesma coisa que o eu de cada um separadamente. Eiguer (1985) indica que a coesão na família refere-se aos objetos dos avós, a um jogo fantasmático entre seus membros, que constroem um espaço potencial, uma continuidade entre o eu e o outro, que responde às angústias de perda, incerteza e penetração. Eiguer pontua, contudo, que o grupo familiar deve sofrer muitas mudanças para encontrar uma coesão e um entendimento específicos.

Sobre esse entrecruzamento na formação de uma coesão familiar, Eiguer afirma que:

A escolha de objeto sexual, lembremo-lo, ao mobilizar os inconscientes individuais, dá nascimento ao inconsciente do casal e, em seguida, ao da família. A ressonância do objeto interior inconsciente do sujeito com o parceiro e a ressonância do objeto interior do parceiro com o sujeito fundaria uma dupla ligação Ego-objeto inconsciente (relações objetais entrecruzadas que fundam o mundo de objetos inconscientemente partilhados) (Eiguer, 1985, p. 34).

O entrecruzamento de relações objetais internalizadas entre os membros do casal contribui para a fundação do eu conjugal, tendo como base a interfantasmática, que seria o ponto de encontro das fantasias de cada membro do grupo familiar, sendo este também um dos organizadores da vida familiar (Eiguer, 1985). Falamos em “fantasia”, e não em “fantasma”, pois há aí um problema de tradução que implica em uma diferente conceituação teórica: “fantasia” refere-se a um processo estruturante da subjetividade humana, enquanto que “fantasma” nos remete ao que assombra o inconsciente, ligado à transmissão bruta do trauma, do não-elaborado. A fantasia refere-se a representações inconscientes, pré-conscientes e conscientes, mas adquirindo uma dimensão transformadora (Eiguer, 1985).

Consideramos, portanto, que a escolha amorosa, aquilo que vai nos ligar ao outro, é da ordem da transmissão. A conjugalidade dos pais é transmitida aos filhos e cabe a estes integrar a herança recebida. Julien (2000) questiona como se

dá a transmissão da lei que impõe abandonar pai e mãe para que homem e mulher fundem uma nova família. Para esse autor, a lei do desejo – aquela que permite abandonar pai e mãe para fazer uma aliança com alguém vindo de fora – é o que funda a conjugalidade. A questão de Julien é: como se transmite essa lei? O autor enumera, então, algumas etapas: a) necessidade de ruptura com a família originária; b) não há ruptura possível sem transmissão parental; c) não há transmissão sem conjugalidade fundadora da parentalidade, ou seja, “só uma mãe e um pai que foram e ainda continuam sendo um *para* o outro mulher e homem podem transmitir *a lei do desejo* a seus filhos uma vez crescidos” (Julien, 2000, p. 46).

Portanto, entendemos, concordando com as ideias de Julien (2000), que, para que o sujeito possa constituir um eu conjugal com um parceiro, deve ter recebido de seus pais, através do processo de transmissão parental, algo como um aval que possibilite ser um outro independente, desejante e fruto de uma conjugalidade, em que pai e mãe foram homem e mulher para o outro. Essa possibilidade de abandonar pai e mãe liga-se ao que o autor coloca no seguinte trecho:

Assim, os pais que, graças à sua conjugalidade, permanecem em sua própria geração não fazem recair sobre os filhos tornados adultos o peso de uma dívida de reciprocidade. O filho não tem de dar em troca aos pais *tanto* amor quanto deles recebeu. Não, o amor desce de geração em geração, mas não remonta, caso proceda da lei do desejo (Julien, 2000, p. 46).

Constatamos, então, que é necessário que os pais deixem seus filhos partirem para que a conjugalidade se instaure, contudo, a partir de que mecanismos essa transmissão parental se processa? Ou então: quais são os processos identificatórios que possibilitam a constituição da conjugalidade e, sobretudo, do eu conjugal? Investigaremos essas e outras questões no próximo capítulo, iniciando pela abordagem do conceito de transmissão psíquica.